

Imunologista Luís Graça. Vacina pode proteger pelo menos durante um ano

A urgência para a vacinação ainda não permitiu fazer estudos científicos sobre quanto tempo ficam protegidas da doença as pessoas vacinadas contra a covid-19. O Imunologista Luís Graça estima que será, pelo menos, um ano. Carlos Penha-Gonçalves reforça que são precisos estudos



Luís Graça é médico, professor na Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa e investigador no IMM © Reinaldo Rodrigues Global Imagens

Lusa

07 Fevereiro 2021 — 11:26

O **imunologista Luís Graça** afirma que "é expectável" que a vacinação contra a covid-19 confira proteção durante pelo menos um ano, mas observou que é necessário tempo para se ver como evolui a imunidade das pessoas vacinadas.

"Como as pessoas que tiveram covid-19 têm, na sua maioria, um estado de imunidade que dura pelo menos sete ou oito meses, **é expectável que a vacinação confira imunidade por um período de pelo menos um ano**", referiu, em declarações à Lusa, realçando que "as pessoas vacinadas produzem uma maior quantidade de anticorpos contra o vírus do que as pessoas que tiveram covid-19".

Contudo, segundo Luís Graça, que coordena o **laboratório de investigação em imunologia celular no Instituto de Medicina Molecular João Lobo Antunes**, em Lisboa, "ainda não decorreu tempo suficiente para se saber a duração da imunidade" dada pelas vacinas.

"Precisamos de tempo para ver como evolui a imunidade das pessoas vacinadas ao longo de meses e anos", sublinhou, quando confrontado pela Lusa com a incógnita da duração da imunidade vacinal contra a covid-19, uma doença respiratória causada por um novo coronavírus (tipo de vírus) que se tornou pandémico.

As vacinas contra a covid-19 já aprovadas e administradas em várias partes do mundo, incluindo Portugal, apesar de baseadas em tecnologias distintas e com graus de eficácia diferenciados, são como que um manual de instruções para um exército de células do corpo produzir anticorpos (substâncias) capazes de neutralizar o coronavírus SARS-CoV-2 quando invade o organismo.

A duração da imunidade contra a covid-19 gerada artificialmente pelas vacinas (e não naturalmente pela infeção) ainda não é conhecida porque "os primeiros ensaios" clínicos "foram iniciados há poucos meses", lembrou Luís Graça.

"As circunstâncias da pandemia puseram a exigência na segurança e eficácia imediata da vacina e não no seu efeito a longo prazo"

De acordo com o **imunologista Carlos Penha-Gonçalves**, que trabalha no Instituto Gulbenkian de Ciência, em Oeiras, onde lidera o laboratório de genética de doenças, "as circunstâncias da pandemia puseram a exigência na segurança e eficácia imediata da vacina e não no seu efeito a longo prazo".

"As vacinas têm uma aprovação em regime de excepção, aprovação de emergência", acentuou à Lusa, adiantando que **"os testes para avaliar a duração da imunidade vacinal precisam de um longo período de observação"**, por vezes anos, **"que obviamente não é compatível com a necessidade da rápida entrada das vacinas no mercado"**.

Em situações normais, que não uma emergência sanitária como a covid-19, os ensaios clínicos "são mais prolongados no tempo", frisou o investigador, que propôs em junho, a par de outros cientistas, um roteiro para a testagem serológica da doença em Portugal.

Carlos Penha-Gonçalves esclareceu que para se perceber qual a duração da proteção dada pelas vacinas contra a covid-19 são precisos estudos de acompanhamento das pessoas vacinadas "ao longo de períodos largos", que permitam monitorizar a resposta imunológica, por exemplo medir a concentração de anticorpos, e a presença de sintomas e do vírus.

Tais estudos possibilitam também "definir quando serão necessários reforços vacinais".

"A periodicidade das vacinas depende da duração da imunidade", disse o imunologista, apontando que **"o aparecimento de estirpes de SARS-CoV-2 que escapem à resposta imune gerada pela vacina determinará a produção de novas vacinas e a periodicidade da vacinação"**.

Em janeiro, a empresa de biotecnologia norte-americana **Moderna** anunciou que iria produzir uma vacina específica contra a variante sul-africana do SARS-CoV-2, considerada mais contagiosa do que o vírus original. Uma medida que indicou ser de precaução, apesar de, genericamente, ter assegurado que a vacina em circulação é eficaz contra a variante sul-africana, mas também britânica, igualmente mais transmissível.

O consórcio germano-americano **BioNTech/Pfizer** assegurou igualmente que a sua vacina se mantém eficaz contra as estirpes britânica e sul-africana - detetadas em finais de 2020, quase em simultâneo com as aprovações das vacinas pelos reguladores de medicamentos - mas que poderá adaptá-la se for necessário.

Em Portugal, à semelhança de outros países da União Europeia, a campanha de vacinação contra a covid-19 começou em 27 de dezembro de 2020.

O plano nacional de vacinação para a covid-19 prevê "estudos de seguimento clínico de medição e acompanhamento da resposta imunitária", que "serão desenvolvidos a nível nacional e integrados em estudos europeus mais amplos, de forma a atingir-se uma monitorização mais efetiva e completa".

A doença infecciosa é causada por um novo coronavírus, o SARS-CoV-2, detetado no final de dezembro de 2019, em Wuhan, uma cidade do centro da China, e que se disseminou rapidamente pelo mundo.

Mais de 2,2 milhões de pessoas já morreram em todo o mundo devido à pandemia da covid-19, num total de mais de 105 milhões de infetados.